

Revista
a

EVOLUÇÃO

Ano III - nº 26 - Março/2022

ISSN 2675-2573



EU TENHO UM SONHO

Sabina Paulino de Sene



MULHERES

Que fazem esta revista acontecer



Filada 2:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 26 - Março de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Ana Paula de Lima

Andréia Fernandes de Souza

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andréia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colaborador: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos
Daniela da Silva Souza Santos
Débora Miriam Bezerra de Andrade
Fabiana Lemes da Silva
Lucas Missio Christino
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Quitéria Maria da Silva Barros
Rafaela Torres Santos

Renato Souza de Oliveira Carvalho
Rita de Cássia Barbosa de Carvalho
Simoni Alves Pereira Almeida
Sulamita Gonçalves de Souza
Tânia de Jesus Alves
Tamires Aparecida Silva dos Santos
Terezinha Joana Camilo
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.26>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 26 (mar. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

102 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Me. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colaboradores especiais:

Cleia Teixeira da Silva Oliveira

Isac dos Santos Pereira

José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo; A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

09 HOMENAGEM

Sabina Paulino de Sene

COLUNAS

6 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

- | | |
|--|----|
| 1. O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA
Alecina do Nascimento Santos | 13 |
| 2. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLHA DOCENTE
Daniela da Silva Souza Santos | 19 |
| 3. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL, E A NATUREZA NO AMBIENTE ESCOLAR
Débora Miriam Bezerra de Andrade | 23 |
| 4. APRENDIZAGENS NA INFÂNCIA: DO CUIDAR AO EDUCAR
Fabiana Lemes da Silva | 29 |
| 5. A IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
Lucas Missio Christino | 35 |
| 6. REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza | 41 |
| 7. OS ALUNOS DA EJA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR
Quitéria Maria da Silva Barros | 49 |
| 8. CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA
Rafaella Torres Santos | 55 |
| 9. O ESTUDO DE POPULAÇÕES E AS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
Renato Souza de Oliveira Carvalho | 61 |
| 10. MUDANÇAS METODOLÓGICAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES E PRÁTICAS
Rita de Cássia Barbosa de Carvalho | 67 |
| 11. A FAMÍLIA, A ESCOLA E A CRIANÇA COM TDAH
Simoni Alves Pereira Almeida | 71 |
| 12. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Sulamita Gonçalves de Souza | 77 |
| 13. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tamires Aparecida Silva dos Santos | 81 |
| 14. AS CRIANÇAS PEQUENAS E O BRINCAR NO CHÃO DA ESCOLA
Tânia de Jesus Alves | 89 |
| 15. O ESTÍMULO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO NA EDUCAÇÃO
Terezinha Joana Camilo | 95 |
| 16. A IMPORTÂNCIA DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO
Vanessa Izidorio de ArrudaDomingues | 99 |

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA

ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre o processo ensino aprendizagem da leitura e da escrita. O artigo presente procura trazer informações pertinentes aos educadores sobre o processo ensino aprendizagem, tornando-se parte fundamental no cotidiano em sala de aula. Para contribuir com o artigo foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em autores que corroboram com o tema a respeito do processo ensino aprendizagem. Como resultado dessa pesquisa percebe-se que as pessoas confundem o uso de alfabetização natural com o fato de deixar as crianças aprenderem somente o que desejam por se tratar de uma proposta construtivista, pois consideram que a educação e o aprendizado são processos formados pelos próprios alunos. .

Palavras-chave: Alfabetização. Aprendizados. Educação. Letramento.

INTRODUÇÃO

Em um contexto social como o nosso, é comum que a criança veja experiências de leitura e escrita em suas ações cotidianas e se relacione de uma forma ou de outra com o código escrito. Observar atentamente as páginas de um livro, imitar o ato de ler ou escrever, ouvir adultos que leem em voz alta, fazer deduções ou hipóteses sobre o que vai acontecer em uma história ou refletir sobre o que deve ser escrito em uma mensagem são aspectos que, sem haver dominar o código escrito, já fazem parte desse aprendizado.

Na aprendizagem da alfabetização é fundamental combinar a sistematização com a criatividade e a espontaneidade, partindo sempre das vivências da criança e da sua necessidade de explorar, brincar e partilhar.

Uma característica das crianças é a sua ligação com as palavras: gostam de brincar com sons, fazer rimas, etc. Essas atividades são importantes nesse processo, pois permitem o desenvolvimento da consciência fonológica, ou seja, a capacidade de reconhecer os elementos que compõem a linguagem (palavras, sílabas e fonemas) e refletir sobre eles. É uma habilidade relevante para aprender código escrito.

E o que dizer quanto ao que defende Magda Soares em alfalettrar? Inserir a alfabetização e o letramento já nos anos iniciais dos alunos, seria mesmo o melhor a se fazer? Eu já lhes adianto minha resposta dizendo que sim, "Toda criança pode aprender a ler e a escrever" Soares (2020).

Aprender a ler e a escrever ainda nos anos iniciais é além de uma forma de inserir a criança no mundo letrado, é também um direito dela, é a construção de sua identidade como um ser pensante, um ser singular e reflexivo, abre portas para diversas possibilidades e as fazem ler o mundo através de seus próprios pontos de vista. Quanto mais cedo o aluno se tornar alfabético, mais cedo ela vai poder entender e refletir sobre as suas escolhas.

Mas desta forma não tiraremos a ludicidade do aluno? Não, alfabetizar e letrar não precisa ser um processo mecânico, o lúdico faz parte de tudo ao nosso redor, só precisamos prestar atenção, quando se tem um educador preocupado em trabalhar não sobre eles, mas com eles, o processo se torna leve e prazeroso.

Soares (2020, p. 39) as primeiras escritas da criança dos rabiscos às letras.

(...)ascrianças desde muito pequenas desenham supondo que estão, assim, "escrevendo" entendem que escrever é representar aquilo que se fala, os significados, tal como faziam os primeiros sistemas de escrita, a medida, porém, que vivenciam o uso da escrita em seu contexto familiar, cultural e escolar, as crianças vão percebendo que escrita não é desenho, são traços, riscos, linhas sinuosas.

Magda Soares ao falar sobre as primeiras escritas das crianças e a importância da leitura na educação tem total discernimento que não é uma tarefa que se diga fácil, devido a grande maioria que não tem esse hábito formado desde criança, mais é inaceitável, que nos dias de hoje as pessoas não entendam que a leitura é a evolução de uma sociedade, é a forma mais acelerada para erguer uma comunidade pobre, a educação é o processo de transformação que falta, para se evoluir as riquezas que um país tem, a educação é a contribuição que coloca todos em um mesmo nível de saber, somente dando ênfase a educação é que poderemos lutar por um país mais justo e consciente de seus deveres e obrigações.

Deve-se pensar que o sucesso de tudo se dá a medida que damos a devida importância a cada assunto, em especial a inserção da alfabetização e letramento nos anos iniciais.

Constatou-se que o quanto antes aproveitarmos esta facilidade que as crianças têm de aprender e trabalharmos com a inserção desta prática, brevemente alcançaremos com êxito a alfabetização e desenvolvimento das nossas crianças.

Em síntese, com a ampliação do contato das crianças com a escrita, elas desenvolverão progressivamente o reconhecimento das letras e conseguirão nomear e grafar objetos e letras com segurança e habilidade grafomotora, isso é extremamente essencial para a alfabetização.

A INFÂNCIA E SEU PROCESSO HISTÓRICO

A infância é considerada a fase das descobertas, onde tudo se aprende com facilidade. Uma fase rica que se bem trabalhada possibilitará uma infinidade de aprendizados significativos para a construção de um sujeito íntegro e preparado para agir em sociedade.

A imagem de infância é reconstituída pelo adulto, por meio de um duplo processo: de um lado, ela está associada a todo um contexto de valores e aspirações da sociedade, e, de outro, depende de percepções próprias do adulto, que incorporam memórias de seu tempo de criança. Assim, se a imagem de infância reflete o contexto atual, ela é carregada, também, de uma visão idealizada do passado do adulto, que contempla sua própria infância. A infância expressa no brinqueado contém o mundo real, com seus valores, modo de pensar e agir e o imaginário do criador do objeto. (KISHIMOTO, 1995, p.50).

Tendo em mente que cada ser humano tem ritmos e maneiras diferentes de desenvolvimento para andar, falar, brincar, comer, ler e escrever. Pode-se concluir que a educação deve ser voltada para tais perspectivas, considerando as múltiplas dimensões e entendendo o desenvolvimento como um processo contínuo.

A palavra criança era entendida como falta de idade, maturidade ou de adequada integração social. Portanto essa definição está longe de ser apenas o fator da idade, pois está associada a determinados papéis e desempenhos específicos e esses papéis dependem estreitamente da classe social a que a criança pertence.

Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade, as atividades cotidianas se diferenciam dependendo da posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Se essa inserção social é diferente, fica impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, em vez de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização.

No Brasil, “é considerado criança, todo e qualquer indivíduo que tenha entre zero e doze anos” (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990).

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma forma. Ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Este conceito de infância é determinado pela modificação das formas de organização da sociedade.

Esta forma de organização instituiu diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente. A ideia de uma infância universal foi se desenvolvendo a partir das classes dominantes baseada no seu modelo padrão de criança, a partir dos critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido.

Atualmente, no Brasil, “é considerado criança, todo e qualquer indivíduo que tenha entre zero e doze anos” (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990).

A escola é um marco na vida da criança. São muitas as crianças que frequentam uma instituição de ensino desde muito cedo. Mesmo assim, o ingresso no ensino fundamental é considerado um momento crucial no desenvolvimento das crianças em termos de aquisição de conhecimento, valores e comportamentos. Alteram-se os espaços físicos, os tempos, as relações de convivência com os seus pares, com os adultos e a rotina, salientando a diminuição do tempo de brincar.

AS MUDANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental sofreu diversas alterações no seu percurso histórico e foi configurado/ reforçado a partir da Constituição Federal de 1988 em oito anos obrigatórios e gratuitos de estudos em instituições públicas. Como ressaltamos, em virtude de intensos debates baseados no princípio do direito universal à educação para a todos, é aprovada em 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso seguindo as determinações da Constituição Cidadã.

De acordo com Saviani (2008), a lei mencionada teve como princípio regulamentar os direitos e conquistas já assegurados na Carta de 1988. Tal legislação, dentro do contexto neoliberal de reformas dos anos de 1990, amparada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, ofereceu suporte para a efetivação da Lei do Plano Nacional de Educação como política de Estado em 2001, embasando demais planos do Governo específicos para a área educativa, tanto em âmbito Nacional, como do Distrito Federal, Estadual e Municipal, como por exemplo: as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino (DCNE); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Assim como aconteceu com a primeira LDB nº 4.024/61, um longo período se passou entre a nova constituição e promulgação da Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, visto que tal legislação é resultado de um longo embate, que durou cerca de oito anos, em meio a propostas e discussões de forças contraditórias e distintas.

Dentre os vários avanços expressos na lei, é importante destacar o reforço do tempo de permanência mínima na educação obrigatória e a questão da ampliação consecutivamente da gratuidade da escola pública para o Ensino Fundamental (art. 32).

Diante desse cenário e de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) no ano 2000 indicavam que a entrada de crianças com 6 anos de idade na 1ª série do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública de ensino já era uma realidade e; pela abertura do art. 87, § 3º inciso I, das Disposições Transitórias que afirmava: “Cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental”, iniciou-se as discussões em torno da efetivação dessa ampliação no plano legislativo.

Por força das exigências legais e sociais, o parágrafo 1º do artigo 87 das “disposições Transitórias” (Título IX), determinou à União que encaminhasse no prazo de um ano a partir da publicação da LDBEN, o Plano Nacional de Educação ao Congresso Nacional.

De acordo com Saviani, o presente artigo atribuiu à União em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o referido plano contemplando.

[...] todos aqueles aspectos relativos à organização da educação nacional de modo a articular, nos termos do artigo 214 da Constituição Federal, o ensino em seus diversos níveis e integrar ações do Poder Público visando conduzir à: “Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica no país”. (BRASIL, 1998, apud, SAVIANI, 2008, p. 17)

Assim, como resultado de uma trajetória histórica, iniciada em 1932, pela manifestação explícita redigida pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a ideia de plano no âmbito educacional foi efetivada através da aprovação pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Tal plano teve a duração de dez anos e deveria ser avaliado periodicamente pelo Poder Legislativo e acompanhado pela sociedade civil organizada (Líbano, 2008).

Saviani (2008) aponta que esta foi a principal medida de política educacional decorrente da LDB. Para o autor,

Sua importância deriva de seu caráter global, abrangente de todos os aspectos concernentes à organização nacional, e de seu caráter operacional, já que implica a definição de ações, traduzidas em metas a

serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo Plano que a própria LDB definiu para um período de dez anos. (SAVIANI, 2008, p. 04)

Nessas circunstâncias, a meta 2 do Ensino Fundamental prevista na determinação da Lei nº 10.172/01, de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, abarca duas dimensões: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem [...] e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”(LDB, 2004, p. 14).

Diante dos inúmeros questionamentos referentes a tal ampliação, no segundo semestre letivo de 2004 o MEC distribuiu o documento de Orientações Gerais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, com o objetivo de informar as ações desenvolvidas no Programa de Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos até julho de 2004. A redação introdutória revela que foram realizados sete encontros regionais para discutir a ampliação do Ensino Fundamental e estes subsidiaram a elaboração do documento “Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais”, que segundo a Secretaria de Educação Básica do MEC serviria de referência nacional para as questões pedagógicas, administrativas e de avaliação para a inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental. (SAVIANI, 2008)

A partir das análises desse documento podemos destacar alguns pontos relevantes, dentre eles a ampliação do tempo de escolaridade obrigatória como movimento mundial, inclusive em países da América Latina que coloca “os jovens brasileiros em situação delicada, uma vez que, para continuar seus estudos nesses países, é colocada a ele a contingência de compensar a defasagem constatada” (BRASIL, 2004, p. 14).

O DESAFIO DE ENSINAR

O mundo de hoje exige treinar pessoas muito diferentes das de outras épocas e responder a muitas perguntas que surgiram nos últimos anos. Perguntas para o futuro que nos ajudam a redefinir os objetivos e os significados do que se aprende na escola.

As definições do que ensinar dependem de cada contexto e fazem parte das disputas pela apropriação de sentido e pela distribuição da riqueza simbólica das sociedades.

Os sistemas educacionais apresentam tradições distintas em torno de questões como o que os alunos devem aprender, até que idade ou se deve haver circuitos segmentados por competências ou especializações no ensino médio.

Uma boa forma para decidir e verificar a relação entre as questões novas e o que já foi programado: se forem possíveis entradas para algum assunto, se exemplificam e ampliam a abordagem de outro, se permitem integrar conteúdos de diferentes áreas. É bom deixar claro que todo programa deve ser flexível para permitir novos arranjos ao longo de sua execução.

Para Leitão de Mello (1999, apud VEIGA, 2008, p.15):

[...] um processo inicial e continuado, que deve dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, da contemporaneidade e do avanço tecnológico. O professor é um dos profissionais que mais necessidade tem de se manter atualizado (sic), aliando à tarefa de ensinar a tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito fundamental para o alcance da sua valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela sua própria função social.

O tempo de abordagem dos assuntos não previstos pode ser maior ou menor, dependendo das possibilidades que apresentem para desencadear ou enriquecer o estudo dos conteúdos curriculares.

Na relação ativa com o novo, o contato com várias fontes, as explicações do professor, as discussões em grupo ou outras atividades devem permitir ao aluno entender, localizar e relacionar informações, tirar conclusões, ampliar sua compreensão, ou seja, apropriar-se dos conteúdos culturais básicos, com isso o aluno aprenderá a aprender para encontrar sozinho o caminho para outras aprendizagens.

O professor tem que levantar hipóteses, dando dicas para que o aluno consiga concluir o seu pensamento sozinho, claro que da sua forma, pois só assim ele vai conseguir construir o seu próprio conhecimento e se apropriar daquilo que ele mais deseja e gosta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aquisição do mecanismo de leitura e escrita ocorre de forma autônoma entre quatro e oito anos e vai depender da maturidade da criança. Para começar a ler e escrever é necessário ter desenvolvido habilidades como: ter controle dos movimentos (do corpo e das mãos); coordenação visual e agilidade (para discriminar letras e seguir a linha corretamente); boa oralidade (articulação de sons, vocabulário rico, estrutura correta da fala) e habilidade de atenção, concentração e escuta.

Assim, para iniciar a alfabetização, é imprescindível reconhecer que há necessidades prévias que devem ser atendidas, que cada criança tem ritmos e interesses diferentes e que o processo deve ser seguido sem pressões que possam ser contraproducentes.

Esses tipos de atividades são muito relevantes e, em muitos casos, fazem uma grande diferença entre quem as desfrutou com a família e quem não teve essa oportunidade. A escola deve levar isso em consideração e oferecer situações que gerem um vínculo afetivo com esse aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- KISHIMOTO, Tisuko Mochida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortês, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**– Campinas SP: Autores associados, 2007. – (Coleção memória). 2008.
- SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. 287 p.
- VEIGA, ImaPassos Alencastro. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 13ª edição. Editora Papirus, 2008.



Alecina do Nascimento Santos

Graduada em Pedagogia, em 2010 pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE. Graduada em Artes Visuais em 2014, pela Universidade de Santos. Pós-Graduada em 2018 em Educação Infantil pela Faculdade Campos Elíseos, FCE. Pós-Graduada em Formação Docente em 2020, pela Faculdade Campos Elíseos, FCE. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

EVOLUÇÃO

OS
COM VOCÊ

#ORC

www.primeiraevolucao.com.br

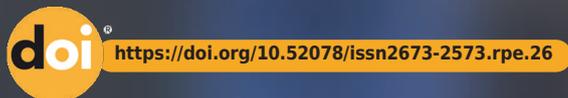


ORGANIZAÇÃO:

Andrea Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos
Débora Miriam Bezerra de Andrade
Fabiana Lemes da Silva
Lucas Missio Christino
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rafaela Torres Santos
Renato Souza de Oliveira Carvalho
Rita de Cássia Barbosa de Carvalho
Simoni Alves Pereira Almeida
Sulamita Gonçalves de Souza
Tânia de Jesus Alves
Tamires Aparecida Silva dos Santos
Terezinha Joana Camilo
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

